

**BNCC E REFORMA DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE OS
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE
UMA CARTILHA**

**BNCC Y LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA: REFLEXIONES
SOBRE LOS IMPACTOS EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA A PARTIR DE LA
CONSTRUCCIÓN DE UN CUADERNILLO**

Giovanna Castro Leitão

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
giovannacastro.bio@gmail.com

Raquel Nicolino de Carvalho da Silva

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
raquel.ncs@hotmail.com

Natália Aparecida Floriano

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
natyfloriano1308@gmail.com

Yalin Brizola Yared

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)
yalinby@unifei.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva socializar a experiência de construção coletiva de uma cartilha que correlaciona o currículo de Ciências e Biologia, a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. O referido material foi elaborado por professoras da Educação Básica ainda em formação inicial com o propósito de incentivar a leitura e a reflexão crítica acerca de mudanças e embates recentes no campo da Educação brasileira, especialmente sobre seus impactos na escola pública. Destinada a todos os profissionais envolvidos na educação pública, a cartilha busca fornecer informações relevantes e promover o pensamento crítico sobre o cenário educacional brasileiro.

Palavras-chave: BNCC; Reforma do Ensino Médio; Formação de professores de Ciências e Biologia; Formação Cidadã; Pensamento Crítico.

Eixo temático: 1. Currículos de Ciências e Biologia: histórias e políticas educacionais

Modalidade: relato de experiência pedagógica.

RESUMEN

Este artículo busca socializar la experiencia de construcción colectiva de un cuadernillo que correlaciona el currículo de Ciencias y Biología, la Reforma de la Enseñanza Media

y la Base Nacional Común Curricular. Este material fue preparado por profesoras de Educación Básica aún en formación inicial con el objetivo de incentivar la reflexión crítica sobre los cambios y enfrentamientos recientes en el campo de la educación brasileña, especialmente sobre sus impactos en las escuelas públicas. Dirigido a todos los profesionales involucrados en la educación pública, el cuadernillo busca proporcionar información relevante y promover el pensamiento crítico sobre el escenario educativo brasileño.

Palabras clave: BNCC; Reforma de la Escuela Secundaria; Formación del profesorado de Ciencias y Biología; Formación para la Ciudadanía; Pensamiento crítico.

Eje temático: 1. Currículos de Ciencias y Biología: Historias y Políticas Educativas.

Modalidad: informe de experiencia pedagógica.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no contexto de uma disciplina de Prática de Ensino que promoveu a interface entre as temáticas de Currículo, Sociedade e o campo da Educação Escolar, ofertada em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade federal do Sudeste do Brasil. A disciplina envolveu discussões acerca do currículo escolar, especialmente sobre as disciplinas de Ciências e Biologia, a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018). Como atividade avaliativa, foi proposta pela docente responsável, quarta autora do presente texto, a construção de um material de divulgação científica, com possibilidade de partilha nas escolas, sobre os impactos dessas medidas na educação básica pública brasileira.

Trata-se, então, de uma cartilha elaborada por um grupo de licenciandas (as três primeiras autoras), futuras professoras da educação básica, com o propósito de divulgar e incentivar a leitura e reflexão crítica acerca das mudanças e embates recentes no campo da educação, tendo como público-alvo os agentes da educação brasileira: diretores, professores, analistas, especialistas, estudantes e outros. A publicação curta, com tamanho pouco menor que um livro comum, “se trata de um material didático que pode ser aproveitado por um profissional ou o público-alvo, para abordar conteúdos de forma educativa para auxiliar no processo de aprendizagem.” (SANTOS, 2023, p. 33). O formato escolhido teve como principal objetivo a acomodação das informações mais relevantes ao público alvo, para contribuir de forma crítica sobre o entendimento da Reforma do EM e da BNCC. Deste modo, carrega em si mais informações que um cartaz ao mesmo passo que

mantém sua síntese, com o objetivo de informar e contextualizar os agentes das redes públicas de ensino sobre os motivos e interesses por trás das mudanças do Ensino Médio e da BNCC.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CARTILHA

A partir das sugestões de leitura e discussões realizadas ao longo do segundo semestre letivo do ano de 2023, foram escolhidos para a fundamentação teórica do material aqueles considerados imprescindíveis para a reflexão sobre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. Destarte, todo o material foi elaborado de maneira online, utilizando a plataforma Canva para a composição visual e textual e, ao final, impresso colorido em tamanho A5¹. Inicialmente, foi realizada a escolha e sistematização do conteúdo da cartilha, priorizando a construção de uma linha de raciocínio em coerência com os conceitos introdutórios, a contextualização inicial apresentada na cartilha e, em seguida, na busca pelo referencial teórico utilizado. Deste modo, a introdução do material buscou responder à seguinte pergunta: como podemos entender a relação entre educação, economia e sociedade no ensino de Ciências e Biologia? Nesse primeiro momento, são apresentados ao/à leitor/a a concepção de reforma de Krasilchik (2000) e a relação entre sociedade e escola, fundamentada em Althusser (1970) e Bowles e Gintis (1976) - alguns autores que embasam as reflexões de Silva (1999) sobre as Teorias Críticas de Currículo. Logo, dá-se espaço à caracterização da estrutura educacional vigente: a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e a Lei nº 13.415/2017 que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, isto é, altera a estrutura do Ensino Médio e que ficou conhecido como "Novo Ensino Médio". Avançando, a cartilha apresenta os impactos de tais medidas nos conteúdos de Ciências e Biologia, na prática docente e nos livros didáticos, fundamentados nos trabalhos de Krasilchik (2000) e Rosa et. al (2022). Em linhas gerais, a questão orientadora deste segundo momento da cartilha foi: como é orientada a educação hoje a partir da BNCC e quais as características da proposta educacional atual, para o século XXI? Permeando o fechamento da cartilha, almejamos uma reflexão acerca do objetivo do ensino das Ciências ao traçarmos sua relação com a BNCC e a Reforma do EM. Aqui, partindo da questão “E, afinal, estamos

¹ Segunda versão da cartilha atualizada, disponível em:

https://www.canva.com/design/DAGBo0xxEU4/PLOCwXdh0GwJO7cVJ-KQTA/view?utm_content=DAGBo0xxEU4&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=editor

formando cidadãos e cidadãs?”, discorre-se sobre aspectos da educação alinhada aos direitos humanos e sua potencialidade para uma formação cidadã, emancipatória e decolonial, concluindo com os possíveis caminhos para este embate educacional.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: REFORMAS EDUCACIONAIS E RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE, ECONOMIA E ESCOLA

Tomando como referência a concepção de Timpane e White (1998), Krasilchik (2000, p. 85) salienta que uma reforma é "uma iniciativa do Estado que estabelece objetivos e critérios claros e ambiciosos," e que "recorre a todas as instâncias políticas para apoiá-la, estimulando iniciativas no nível das escolas e mobilizando recursos humanos e financeiros para sustentar as mudanças propostas". Contudo, Aguiar (2018) destaca que estas iniciativas configuram-se como contrarreformas, considerando o contexto sócio-histórico destas reformas educacionais, especialmente a do Ensino Médio, a qual foi enviada ao Congresso Nacional por meio da Medida Provisória nº 746/2016. Ou seja, para a autora trata-se de uma contrarreforma da Educação Básica por serem ações "de desmonte das conquistas democráticas e populares, sobretudo no que diz respeito aos avanços efetivados nas últimas décadas quanto ao direito à educação e às políticas educacionais", (AGUIAR, 2018, p. 08).

As reformas educacionais, notadamente a BNCC e a Reforma do EM, despertam preocupações importantes sobre o futuro da educação pública, especialmente no ensino das Ciências. Há um risco evidente de desvalorização do conteúdo educacional e de um empobrecimento do papel dos/as professores/as nesse cenário. A simplificação excessiva do currículo ameaça aprofundar a superficialidade do ensino, comprometendo a qualidade e o interesse destes estudantes. Enquanto a BNCC e a Reforma do EM concentram-se em mudanças curriculares, negligenciam *para* e *no* âmbito público questões importantes como a valorização destes profissionais da educação, a infraestrutura escolar deficiente, a efetiva integração entre a Educação Básica e o Ensino Superior, bem como uma formação humanizada e crítica dos cidadãos.

A interseção entre educação, economia e sociedade no ensino das Ciências no Brasil também representa um ponto de análise crítica. Por isto, a fundamentação teórica do material explora diferentes perspectivas, destacando autores e autoras clássicos como Krasilchik (2000), Althusser (1970) e Bowles e Gintis (1976) citados por Silva (1999), e

além de autorias contemporâneas como Rosa et. al (2022) e Oliveira e Salgado (2020), para lançar luz sobre as implicações da BNCC na prática docente e na formação humana. A começar pela relação entre sociedade e escola, para Althusser (1970, apud Silva, 1999) a escola é deduzida pela dinâmica da economia e da sociedade vigentes. Além disso, Bowles e Gintis (1976, apud Silva, 1999), destacam que a escola também reproduz a sociedade através das relações do ambiente. Isto é, segundo as Teorias Críticas (Reprodutivistas) de Currículo, a escola por si só não tem autonomia para transformar a sociedade - a relação é inversa.

Buscamos em Saviani (2012) enriquecer a discussão a partir da análise das “Teorias Crítico-Reprodutivistas”, que reconhecem a Educação como intrínseca aos condicionantes sociais, em uma relação de dependência. Estas teorias concluem que a função própria da educação consiste na (re)produção da sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista. Especificamente a *teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica*, pautada em Bourdieu e Passeron, “não deixa margem a dúvidas. A função da educação é a de reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social” (SAVIANI, 2012, p. 20). Esta finalidade, já demarcada pelos autores supracitados nos anos 80 do século XX, permanece e vem se ampliando nos dias atuais.

Freitas (2018) alerta que não podemos perder de vista que o termo "reforma" não visa a defesa da escola pública e que as finalidades da educação nem sempre são explícitas pelos reformadores. Neste contexto, global e brasileiro, as reformas visam não apenas reproduzir o *status quo* vigente, mas transformar a educação pública em um setor da economia. Logo, para o autor, trata-se de uma "reforma empresarial da educação" que objetiva "a retirada da educação do âmbito do 'direito social' e sua inserção como 'serviço' no interior do livre mercado", (FREITAS, 2018, p. 42, grifos do autor). O que, conseqüentemente, amplia as desigualdades e injustiças sociais. Outrossim, para compreendermos de forma crítica o campo da Educação, logo, seus documentos curriculares, torna-se imprescindível estabelecermos relação com os âmbitos sociais, históricos, culturais, políticos e econômicos. Porque é o conjunto destas esferas que elencará as demandas à escola, em cada época, e que influenciarão nos projetos de sociedade e no perfil de egressos de suas instituições.

Educação Brasileira no Século XXI: esvaziamento dos saberes e resgate de princípios tecnicistas do passado

A fim de uma maior contextualização, resgatamos as principais características dos currículos tradicionalistas (que ainda prevalecem no Brasil). Em que o papel do professor é simplesmente de apresentador, expositor, facilitador da aquisição dos conhecimentos. Enquanto o objetivo do curso escolar se reduz à transmissão de informações (KRASILCHIK, 2000).

Ao analisarem a BNCC, Branco e Zanatta (2021) identificaram um planejamento caracterizado pela exclusão e descaracterização de conteúdos disciplinares e um processo de ensino e aprendizagem orientado por competências e habilidades. Retomamos, assim, o trabalho de Saviani (2013) a partir da análise de Rosa et al. (2022) para apontar que a estrutura da BNCC resgata princípios tecnicistas, destinados à instrumentalização de massas. Nessa perspectiva, definem-se conteúdos baseados na objetividade do conhecimento, interação por meio de vocabulário técnico em sala de aula, métodos programados e avaliação como verificação formal (ASSIS, 2011 apud CAMILLO; MEDEIROS, 2018). Enquanto que deslocar o foco do ensino para o desenvolvimento de competências, anuncia-se que a finalidade do ensino não busca promover uma formação crítica e humanizada, mas uma formação que adapte os sujeitos a situações previamente determinadas (BRANCO et al, 2019).

Branco et al (2019), que também se pautam em Saviani (2013), destacam que uma pedagogia de competências tem por base teorias comportamentalistas e, a partir de interferências internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), elaboram políticas neoliberais que buscam atender ao mercado e ao setor privado. Logo, "as competências identificam-se com esquemas adaptativos, construídos pelos sujeitos, na interação com o ambiente em um processo de acomodação", (BRANCO et al, 2019, p. 158). Assim, na sequência, a cartilha traz para seus leitores e leitoras a importante discussão, pautada na análise de Rosa et al (2022), sobre os livros didáticos a partir da homologação da BNCC (BRASIL, 2018).

Impactos da Reforma do Ensino Médio e da BNCC na área de Ciências da Natureza

Na BNCC, os conteúdos de Ciência e Biologia apresentaram aumento em quantidade e a inserção de mais tópicos das áreas de Física, Química e Geociências ao longo dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Um aspecto importante desta mudança é que "pode se configurar grande limitação para os professores que lecionam as Ciências da Natureza no Ensino Fundamental, uma vez que a maior parte dos professores atuantes neste nível de ensino (6º a 9º ano)" não possui formação em todas aquelas áreas, mas na de Ciências Biológicas (MAGALHÃES JÚNIOR; PIETROCOLA, 2011; ROSA; ARTUSO, 2019 apud ROSA et. al, 2022, p. 133-134). Assim, Rosa e seus colaboradores destacam que, de acordo com Rodrigues e Mohr (2021), os conteúdos da BNCC são apresentados como um currículo do tipo em espiral. Porém, esse formato acarreta ainda mais fragmentação dos conteúdos, já que muitos objetos de conhecimento não são articulados e retomados. Por conseguinte, as mudanças observadas nos livros didáticos também abrangem a prática docente. Para Rosa et al (2022), o livro didático deixa de ser um complemento para a prática pedagógica e passa a apresentar o "engessamento" dos conteúdos programáticos, orientando até mesmo a postura docente em sala. Os autores apontam, assim, prejuízos à autonomia do trabalho docente.

Partindo da relação simbiótica entre o livro didático e a escola, os autores ressaltam como a existência desses livros, especialmente os direcionados à escola, desempenham um papel fundamental na própria escolarização da sociedade (ROSA et al, 2022). No entanto, essa relação é colocada em perspectiva diante da implementação da BNCC, afinal, Rosa et al (2022) quando advertem que, ao alinhar políticas públicas neoliberais e promover competências e habilidades, levantam-se questionamentos sobre o impacto dessa abordagem tecnicista na autonomia dos/as professores/as. Inclusive, além de ser um produto de valor comercial essencial para as editoras, os autores supracitados destacam a importância de compreender o livro didático como "objeto educacional e cultural" com "sua magnitude e seu impacto na educação pública em nosso país, (...) sua posição de destaque enquanto elemento representativo do currículo escolar" e, principalmente, por "sua particularidade de ser um portador de ideologias e vozes de outros sujeitos além dos autores que o escrevem" (ROSA et al. 2022, p. 137). Compreendemos, portanto, a importância de estimular reflexões semelhantes na formação inicial de professores/as. Corroborando com o que já tratava Young em seus escritos dos anos 70 do século XX (SILVA, 1999), é possível entender o livro didático como um objeto educacional

poderoso, pois os conteúdos curriculares têm estreitas relações com a consciência e o controle. Afinal, para Young, o currículo é "um corpo complexo de conhecimento especializado" e "sempre é um sistema de relações sociais e de poder com uma história específica"; logo, um currículo representa um "conhecimento poderoso" e entendido como "conhecimento dos poderosos", (YOUNG, 2014, p. 201).

Ademais, concordamos com Krasilchik (2000) que o objetivo do ensino das Ciências é possibilitar que o/a estudante possa correlacionar criticamente as disciplinas escolares, a atividade científica e tecnológica e os problemas sociais e ambientais contemporâneos. Esta seria a formação socialmente adequada para a humanização, o exercício da cidadania e o desenvolvimento do pensamento crítico. Sendo esse último, fundamentado por autores como Ennis (1985) e Tenreiro-Vieira (2000) na análise de Mattos et al (2021), entendido como uma forma de pensamento racional e reflexiva, baseada na formação de cidadãos ao constituir sujeitos ativos, autônomos ao decidir aquilo em que acreditar ou fazer e, sobretudo, críticos.

Assim, questionamos: estamos, efetivamente, formando cidadãos e cidadãs com esta perspectiva de educação supracitada, estabelecida no diálogo técnico, métodos programados, esvaziamento de conteúdos e descaracterização de saberes? E para qual projeto societário? Relembramos, nesse momento, que a Constituição Federal desde 1988 afirma que a educação é um direito de todas as pessoas e visa o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988).

É preciso garantir a aquisição do conhecimento científico pela população, para que compreendamos e valorizemos a Ciência como empreendimento social e construção cultural (KRASILCHIK, 2000). As atividades do professor, quando limitadas à exposição, leitura ou cópias de texto impedem que o professor crie um ambiente educativo verdadeiramente problematizador, dialógico (FREIRE, 2013) e de pluralidade e liberdade intelectual. E, conseqüentemente, isso se refletirá no seu próprio processo de formação, inicial e continuada, porque "o modelo de formação por competências e habilidades, pautada na prática de maneira irrefletida, anuncia uma formação docente padronizada e controlada, voltada para a lógica do mercado de trabalho", pois encontra-se "esvaziada em termos teóricos, em termos de conhecimentos científicos e em termos

das experiências prévias exitosas de formação nas universidades e da construção coletiva e histórica nessas instituições formadoras" (SIQUEIRA; PINHEIRO, 2022, p. 544).

Sob a ótica destas reformas, os/as estudantes das escolas públicas brasileiras não terão garantido o direito à educação, ou seja, o acesso a uma formação intelectual e profissional crítica, com qualidade socialmente referenciada ainda não é um direito e, nesse cenário, torna-se mais obstaculizado. Para isso, torna-se urgente e necessário que os conhecimentos científicos apresentados nas disciplinas escolares não sejam correlacionados apenas com o conhecimento cotidiano (BERNARDO SILVA, 2023). Mas que a relação com as atividades científicas e tecnológicas e com os problemas sociais e ambientais contemporâneos (KRASILCHIK, 2000) sejam contextualizados por meio de abordagens histórico-filosóficas, isto é, numa perspectiva sócio-histórica (SIQUEIRA; PINHEIRO, 2022).

CAMINHOS E POSSIBILIDADES NESTE EMBATE: EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Frente a tantas implicações que impactam diretamente no currículo e no ensino de Ciências e Biologia, lançamos luz sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH). Oliveira e Salgado (2020, p. 701) destacam as reflexões de Candau et al. (2013), que entendem a urgência de “estimular nos/as professores/as a construção de um olhar que permita se indignar com as violações cotidianas, levando-as/os a uma atitude de enfrentamento”. Os autores, ainda dialogando com Candau et al. (2013), insistem que devemos pensar na EDH como um exercício da indignação, mencionada anteriormente, articulado ao direito à esperança, ao direito de admiração pela vida, pautada na articulação dos princípios de igualdade e diferença. Em consonância com Oliveira e Salgado (2020, p. 715), destacamos que a educação há que ser um caminho explícito para a humanização - de forma que o comprometimento a isso "significa denunciar e combater os processos de desumanização". E, como caminho para tal estímulo, os autores supracitados apresentam a afirmação do “nunca mais”, que permite a recuperação do histórico das violações de Direitos Humanos e as submete à esperança de que não voltem a ocorrer (OLIVEIRA; SALGADO, 2020, p. 701).

Relembramos que, segundo Branco e Zanatta (2021), a educação orientada pela BNCC perpetua e agrava as desigualdades já existentes ao estabelecer um ensino para as classes dominantes e outro ensino para as classes dominadas - um ensino submetido à

descaracterização e exclusão de conteúdos, vinculado à um processo de instrumentalização de massas (SAVIANI, 2013 apud ROSA et al., 2022) que objetiva a adaptação de sujeitos a situações previamente determinadas (BRANCO et al, 2019). Por isso a importância da colocação de Candau et. al (2013): estimular nos/as professores/as a construção de um olhar que permita se indignar com as violações cotidianas, tal como a contrariedade à educação prevista na Constituição Federal (Brasil, 1988) como um direito de todas as pessoas e o objetivo de desenvolvimento pleno para o exercício da cidadania. Ora, a “aprendizagem” marcada por desigualdades sociais e econômicas, não é um tipo de violação? Pensando em educação para os Direitos Humanos, como podemos questionar esse padrão estabelecido por estas mudanças? Compreendemos, portanto, a Reforma do EM e a implementação da BNCC como processos de violação à formação cidadã e emancipatória, dignos de enfrentamento e análise crítica.

A partir destas inquietações e de todo o exposto, percebemos que a EDH pode ser uma ferramenta poderosa para a verdadeira compreensão de propostas educacionais, como a BNCC, ao estimular uma visão crítica para professores/as e para os/as estudantes. Um olhar para além da aparência do documento que se analisa - como sobre quais ideologias é fundamentado, qual o contexto histórico em que está inserido, quais os ganhos e perdas e para quem seriam atribuídos. Isto é, compreender a sua essência: descaracterização e exclusão de conteúdos, resgate de princípios tecnicistas que dificultam a formação cidadã e engessamento da prática docente.

A BNCC e a Reforma do EM, no primeiro contato, parecem ótimas propostas - ao pensar na promessa da suposta autonomia e liberdade dos/as estudantes na escola. Porém, é necessário analisar todos os âmbitos e interesses envolvidos em uma reforma - histórico, social, cultural, político e econômico. Partindo, claro, desde sua elaboração até os resultados parciais - como esse ensino vem sendo percebido pelos professores e estudantes da educação básica, que estão já inseridos nesse formato? Essas análises e questionamentos não se restringem, claro, à BNCC ou ao ensino de Ciências e Biologia. A cartilha propõe o estímulo à reflexão crítica, a partir da qual almeja-se que as pessoas consigam se posicionar de maneira sólida sobre o entendimento de que a BNCC e a Reforma do Ensino Médio são processos que violam os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da cartilha como material de divulgação científica contribuiu de forma significativa para a formação inicial das licenciandas, uma vez que a sua criação estimulou o desenvolvimento do pensamento crítico e promoveu a habilidade de coerência e conectividade com autores estudados ao longo do semestre, além dos dados e pesquisas apresentados. O material foi construído como síntese das inúmeras inquietações e reflexões fundamentadas sobre o rumo que a educação pública brasileira está tomando e foi pensado para ser distribuído para professores/as das redes pública de ensino, sendo um material de fácil acesso com uma leitura rápida e com linguagem simples, possibilitando aos/às leitores/as o exercício de pensar criticamente acerca desse assunto, de maneira fundamentada. Portanto, fica claro que o objetivo da cartilha é informar e contextualizar os agentes da rede pública de ensino sobre os motivos e interesses por trás das mudanças do ensino médio e da BNCC, se fazendo ainda mais importante o incentivo à pesquisas e estudos acerca da percepção de estudantes e professores/as de educação básica, sendo estes os agentes inseridos diretamente na BNCC e na Reforma do EM.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Org.) **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. - Recife: ANPAE, 2018.

BERNARDO SILVA, M. Educação escolar em tempos de devaneio social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 44, e269926, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.269926>

BRANCO, E. P.; ZANATTA, S. C. BNCC e Reforma do Ensino Médio: implicações no ensino de Ciências e na formação do professor. **Revista Insignare Scientia - RIS**, v. 4, n. 3, p. 58-77, 3 mar. 2021.

BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. G.; IWASSE, L. F. A.; ZANATTA, S. C. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Debates em Educação**. Maceió, Vol. 11, nº. 25, DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n25p155-171

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 de abr. de 2024.

CAMILLO, C.; MEDEIROS, L. M. **Teorias da Educação**. Santa Maria: Núcleo de Tecnologia Educacional - Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

CARA, D. **Por que revogar o Novo Ensino Médio?** Opera Mundi – Programa 20 minutos. Youtube, 29/03/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/R4entg1GqeA?si=SVS7tMPC7dchFk6i>. Acesso em: 24 set 2023.

CORRÊA DE MATTOS, K. R.; GÜLLICH, R. I. da C.; TOLENTINO NETO, L. C. B. de. Pensamento crítico na ciência: perspectiva dos livros didáticos brasileiros: critical thinking in science: perspective from brazilian textbooks. **Revista Contexto & Educação**, v. 36, n. 114, p. 404–419, 2021. DOI: 10.21527/2179-1309.2021.114.404-419. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9042>. Acesso em: 24 abr. 2024.

D'ÁVILA, J. B.; LIMA, M. F. Agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular. **Revista em Educação e Debate**, Fortaleza, ano 42, nº 82 - maio/ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. [recurso eletrônico] - 1.ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

OLIVEIRA, R. D. V. L.; SALGADO, S. D. C. A Educação em Direitos Humanos no Ensino de Ciências em interface com a teoria do Giro Decolonial: uma análise. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, MG. v. 27 . n.2 | p.698-726, 2020.

KRASILCHIK, M. Reformas e Realidade: o caso do ensino das ciências. **São Paulo em Perspectiva**, 14(1), 2000.

ROSA, M. D'A.; DIEDRICH, R.; SANTOS, J. V. A.; RODRIGUES, L. Z. et al. Análise de livros didáticos de Ciências do PNLD 2020: impactos da BNCC?. **Sobre Tudo**, v. 13, n. 2, p. 111-147, 2022.

SANTOS, J. **Projeto gráfico de livreto impresso sobre educação sexual para meninas pré-adolescentes**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design Visual) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/266223>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIQUEIRA, R. M.; PINHEIRO, L. R. História e Filosofia da Ciência e sua (não) presença da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação). **Caderno**

Brasileiro de Ensino de Física, v. 39, n. 2, p. 518-550, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2022.e85851>

SOUSA, R. G. de; SILVA, F. A. R.. Trem de doido: uma sequência didática em prol de um resgate histórico da luta antimanicomial em Minas Gerais e da Educação em Direitos Humanos. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 1257–1278, 2023. DOI: 10.46667/renbio.v16i2.964. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/964>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SHUVARTZ, M. Memórias do vivido e do sonhado na Regional IV da Associação Brasileira de Ensino de Biologia. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 15, n. nesp, p. 408–421, 2022. DOI: 10.46667/renbio.v15inesp.783. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/783>. Acesso em: 31 jan. 2023.

UEG TV. **Neoliberalismo e educação no Brasil**: reforma empresarial e desmonte das políticas educacionais. Youtube, 21/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ZqEgyKH8s-g?si=uNRCxpIAtF2VFV5p>. Acesso em: 24 set 2023.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**. Tradução: Leda Beck. V.44, n.151, jan/mar. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198053142851>